



**MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA**

CADERNO DE PROVA

URBANISMO

DATA DA PROVA 11/10/2024

PROCESSO SELETIVO DO PROGRAMA DE ESTÁGIO DE ENSINO MÉDIO E GRADUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA.

PROVA

Este Caderno de Prova foi aplicado na modalidade on-line, contendo 30 (trinta) questões objetivas.

INFORMAÇÕES GERAIS

Prova aplicada conforme requisitos de segurança dispostos no Edital do Certame e no ambiente virtual.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto a seguir para responder às questões de 1 a 8.

Regulação da IA no Brasil pode minimizar riscos e privilegiar usos positivos.

27/06/24

A inteligência artificial carrega potencialidades que podem servir para o bem da humanidade, a justiça e a dignidade da pessoa humana. Na mesma medida, no entanto, ela oferece riscos dos mais variados ao mercado de trabalho, à privacidade e à democracia, por exemplo. A garantia do uso benéfico da tecnologia deve partir de uma regulação geral, o que já é inevitável, dado o impacto cotidiano da IA. E essa regulamentação deve se fundar no princípio da precaução, ater-se aos direitos fundamentais e propor uma governança híbrida. Essa foi a conclusão dos participantes da mesa "Inteligência Artificial: Riscos Éticos, Econômicos e Eleitorais", que integrou o segundo dia da 12ª edição do Fórum Jurídico de Lisboa em 27/6/24. [...]

Participaram do debate o presidente do STF, ministro Luís Roberto Barroso; o senador Eduardo Gomes (PL-TO); o ministro Ricardo Villas B. Cueva, do STJ; Laura S. Mendes, diretora do Centro de Direito, Internet e Sociedade e profa. do IDP e da UnB; e a profa. Dora Kaufman, da Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologia da PUC-SP. A moderação foi feita pelo adv. Fabrício da M. Alves, membro-fundador da Assoc. Bras. de Governança Pública de Dados Pessoais.

O ministro Barroso iniciou sua exposição sobre o tema afirmando ser um entusiasta das potencialidades positivas da inteligência artificial, que definiu como programas que transferem capacidades humanas para computadores. Ele mencionou o uso para tomadas de decisões com base em dados e a automação de atividades, além de aplicações no Direito.

"Só no Supremo, nós temos a utilização de inteligência artificial para agrupar processos por temas e sabermos quais deles têm mais matérias repetitivas, para podermos decidir em repercussão geral e eliminar milhares de casos", disse Barroso, que aguarda o desenvolvimento de uma ferramenta que faça resumos de processos em até cinco páginas.

O presidente do STF lembrou em seguida, no entanto, os riscos da inteligência artificial. Ele citou o impacto no mercado de trabalho, o que vai exigir adaptação de trabalhadores e redes de proteção social; a preocupação com o uso para fins bélicos, como armas letais autônomas; o aumento da desinformação, com deepfakes; e o risco para a privacidade, dado o volume de informações pessoais coletadas pelas big techs.

Barroso defendeu, em resposta a isso, uma regulação da IA que se atenha à proteção dos direitos fundamentais e da democracia e à transparência na governança. "Acho que não devemos ter medo, mas, sim, a preocupação de fazer com que a inteligência artificial caminhe por uma trilha ética e que sirva às causas da humanidade: o bem, a justiça e a dignidade da pessoa humana."

Já o ministro Cueva fez um apelo por uma regulação de caráter geral, que forneça um arcabouço normativo para a regulação setorial, já existente no uso da inteligência artificial na Medicina e em carros autônomos, por exemplo. Em 2022, o magistrado presidiu a comissão de juristas que apresentou um anteprojeto ao Senado para regular a IA no Brasil. O documento fundamentou o Projeto de Lei 2.338/2023, apresentado pelo senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), presidente da casa legislativa, em maio do ano passado, que objetiva regulamentar o uso da tecnologia.

"O que se procurou fazer foi garantir que haja a centralidade da pessoa humana no uso da inteligência artificial. Queremos ter a certeza de que a última palavra será dada por um ser humano, e isso é muito relevante quando se trata do uso dela na atividade jurisdicional", acrescentou o ministro do STJ.

Eduardo Gomes, relator do PL 2.338/23 no Senado, afirmou que a leitura do texto final deve ocorrer na próxima semana. Na semana seguinte, ele espera que já possa ser aprovado pelos senadores, sendo encaminhado posteriormente à Câmara. A expectativa do senador é ter a lei sancionada até o fim do ano, o que não deve encerrar de vez a discussão, uma vez que as eventuais novas aplicações da inteligência artificial irão exigir adaptações normativas.

"A regulação identifica as necessidades e aproxima todos de um certo conhecimento. Não regular, de alguma forma, é ser regulado. Eu quero saber qual o setor que questionou, que trabalhou junto com a comissão, que acompanhou os textos em construção no Parlamento, que já não está sendo regulado e abalado positiva ou negativamente pela inteligência artificial?", disse o senador ao questionar a contrariedade de certos setores à regulação.

A professora Laura S. Mendes, que foi relatora da comissão de juristas, que preparou o anteprojeto do PL 2.338/23, afirmou que o texto deverá estabelecer um marco civil da inteligência artificial no país. Ela listou acertos do texto: ele dialoga com normativas internacionais, mas se preocupa com as especificidades do arranjo brasileiro; tem uma estrutura simples em princípios e direitos; parte de um modelo de regulação de riscos, que impõe requisitos mais graves e medidas de governança mais gravosas a riscos mais altos; propõe a discussão sobre direitos autorais; e tem um modelo híbrido de governança.

"Não estamos mais falando de uma autoridade que vai regular esse sistema. As agências reguladoras devem assumir um protagonismo, serão apenas elas que poderão sancionar e supervisionar esses sistemas. Mas esse sistema todo, chamado de SIA (Sistema de Governança e Regulação de Inteligência Artificial), previsto no projeto de lei, terá a coordenação de uma autoridade. Ou seja, essa governança tem de ser

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA - MPBA 2024 .2
PROGRAMA DE ESTÁGIO DE ENSINO MÉDIO E GRADUAÇÃO
CURSO DE URBANISMO

harmônica, com uma autoridade coordenadora e o protagonismo dessas agências. A criação desse modelo foi um grande acerto."

Adaptado

<https://www.conjur.com.br>

1. É comum a manifestação simultânea de algumas funções da linguagem num mesmo texto. A função referencial ou denotativa, que tem o assunto como destaque, está presente no texto acima, uma vez que há elementos que

A) expõem os sentimentos e o ponto de vista do autor sobre a regulação da IA.

B) informam sobre a garantia do uso benéfico da IA a partir de uma regulação.

C) expressam uma estratégia persuasiva para estimular a regulação da IA.

D) revelam marcas de interlocução, legitimando o canal de comunicação.

E) caracterizam a linguagem conotada ao comentar os riscos e o uso positivo da IA.

2. Marque a frase do texto que NÃO apresenta caráter argumentativo.

A) "[...] fazer com que a inteligência artificial caminhe por uma trilha ética e que sirva às causas da humanidade: o bem, a justiça e a dignidade da pessoa humana." 6º§

B) "Em 2022, o magistrado presidiu a comissão de juristas que apresentou um anteprojeto ao Senado para regular a IA no Brasil." 7º§

C) "O que se procurou fazer foi garantir que haja a centralidade da pessoa humana no uso da inteligência artificial." 8º§

D) "Não regular, de alguma forma, é ser regulado." 10º§

E) "Ou seja, essa governança tem de ser harmônica, com uma autoridade coordenadora e o protagonismo dessas agências." 12º§

3. "Na mesma medida, no entanto, ela oferece riscos dos mais variados ao mercado de trabalho, à privacidade e à democracia, por exemplo." 1º§

O conectivo destacado terá o sentido modificado, se for substituído por

A) contudo.

B) entretanto.

C) porém.

D) todavia.

E) porquanto.

4. "[...] uma vez que as eventuais novas aplicações da inteligência artificial irão exigir adaptações normativas." 9º§

Essa oração traduz, no contexto, noção de:

A) conclusão.

B) condição.

C) causa.

D) restrição.

E) adição.

5. "A professora Laura S. Mendes, que foi relatora da comissão de juristas, que preparou o anteprojeto do PL 2.338/23, afirmou que o texto deverá estabelecer um marco civil da inteligência artificial no país." 11º§

As vírgulas nesse período separam

A) oração adjetiva.

B) oração adverbial.

C) oração substantiva.

D) oração coordenada.

E) oração reduzida.

6. "[...] aguarda o desenvolvimento de uma ferramenta que faça resumos de processos em até cinco páginas." 4º§

As duas formas verbais sublinhadas nessa frase NÃO estão conjugadas

A) na mesma pessoa.

B) no mesmo número.

- C) no mesmo modo.
D) no mesmo tempo.
E) na mesma voz.

7. "[...] e isso é muito relevante quando se trata do uso dela na atividade jurisdicional [...]." 8º§

É CORRETO afirmar sobre a função do "se" nessa frase:

- A) conjunção subordinativa.
B) objeto direto.
C) objeto indireto.
D) índice de indeterminação do sujeito.
E) partícula apassivadora.

8. "[...] ater-se aos direitos fundamentais [...]." 1º§

É sinônimo da palavra destacada, EXCETO:

- A) atar-se.
B) fiar-se.
C) circunscrever-se.
D) cingir-se.
E) elidir-se.

9. "Tomamos a liberdade, Senhor Ministro, de _____ a _____ defesa para regulamentação da Inteligência Artificial. Se _____, serão protegidos nossos direitos fundamentais."

Marque a alternativa que preenche corretamente os espaços da frase acima, conforme o padrão de concordância da língua culta.

- A) pedi-lo - sua - intervieres.
B) pedir-lhe - sua - intervier.
C) pedir-lhe - vossa - intervier.
D) pedir-lhe - sua - intervieres.
E) pedir-te - vossa - intervirdes.

10. Assinale a alternativa em que todas as palavras da frase foram empregadas adequadamente e escritas conforme a grafia vigente.

- A) Especialista explica porque não podemos confiar na inteligência artificial.
B) Anatel inicia tomada de subzídios para discutir regulação de inteligência artificial.
C) Roteiristas paralizaram atividades por cinco meses em busca de regras para uso de IA.
D) Executivos preveem economia de tempo de até quatro horas semanais com uso de IA.
E) É necessário auto-controle para gastar menos tempo nas redes sociais.

Leia o fragmento de texto a seguir para responder às questões de 11 a 13.

Home office: desafio ou benefício?

Muitos jovens da geração Z (pessoas nascidas entre 1995 e 2010) acabaram se formando durante a pandemia e tendo como principal desafio ou benefício o trabalho home office - regime de trabalho que hoje não está sendo adotado por muitas empresas, apesar da flexibilidade ser um dos benefícios que mais atrai os profissionais pós-pandemia.

"Os jovens de hoje estão cada vez mais inflexíveis para voltarem ao trabalho dentro dos escritórios. Em casos extremos, esses funcionários preferem o desligamento ao retorno híbrido ou presencial", diz Victor Fazzio, sócio sênior do Grupo Hub, consultoria de RH.

Apesar da preferência pelo trabalho remoto e híbrido, muitas empresas querem voltar com o trabalho presencial, mas esse movimento tem demonstrado uma mudança no mercado de trabalho: lideranças de RH têm identificado que a resistência da geração Z está levando as empresas à contratação de talentos mais maduros.

(Adaptado - <https://exame.com/carreira>)

11. Na articulação de ideias no texto, o autor utilizou um recurso de coesão que exprime sentido de concessão em:

- A) "Muitos jovens da geração Z acabaram se formando durante a pandemia [...]." 1º§
B) "[...] regime de trabalho que hoje não está sendo adotado [...]." 1º§

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA - MPBA 2024 .2
PROGRAMA DE ESTÁGIO DE ENSINO MÉDIO E GRADUAÇÃO
CURSO DE URBANISMO

- C) "Os jovens de hoje estão cada vez mais inflexíveis [...]"
2º§
- D) "Apesar da preferência pelo trabalho remoto e híbrido [...]" 3º§
- E) "[...] lideranças de RH têm identificado que a resistência da geração Z [...]" 3º§

12. O termo destacado é advérbio ou expressão adverbial apenas em:

- A) "[...] tendo como principal desafio ou benefício o trabalho home office [...]" 1º§
- B) "Os jovens de hoje estão cada vez mais inflexíveis [...]"
2º§
- C) "[...] voltarem ao trabalho dentro dos escritórios." 2º§
- D) "[...] muitas empresas querem voltar com o trabalho presencial [...]" 3º§
- E) "[...] mas esse movimento tem demonstrado uma mudança [...]" 3º§

13. "[...] esses funcionários preferem o desligamento ao retorno híbrido ou presencial [...]" 2º§

Considere a regência verbal e marque a alternativa que apresenta uma adaptação CORRETA da frase acima.

- A) [...] o funcionário prefere o desligamento do que o retorno híbrido ou presencial [...].
- B) [...] o funcionário prefere mais o desligamento ao retorno híbrido ou presencial [...].
- C) [...] o funcionário prefere o desligamento à retornar de forma híbrida ou presencial [...].
- D) [...] o funcionário prefere mais se desligar a retornar de forma híbrida ou presencial [...].
- E) [...] o funcionário prefere seu desligamento a trabalhar de forma híbrida ou presencial [...].

14. Na frase "Um _____ para maior adesão ao home office é a dificuldade de gerenciamento da produtividade.", a palavra que completa corretamente a lacuna é:

- A) impecilho.

- B) impecilho.
- C) empecílio.
- D) impecílio.
- E) impecilho.

15. Assinale a alternativa correspondente à frase em que a concordância verbal está CORRETA.

- A) Precisam-se de jovens profissionais com habilidades para resolução de problemas e criatividade.
- B) Nos dias atuais, deve haver poucas empresas contratando profissionais para o trabalho remoto.
- C) A flexibilidade e a comodidade dos profissionais encontra-se entre as vantagens do trabalho remoto.
- D) Pode existir, no momento presente, poucos jovens da geração Z dispostos ao trabalho presencial.
- E) As análises das lideranças de RH prevê uma queda na contratação de jovens da geração Z.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16. São instrumentos da Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade, que visam à implementação de planos de desenvolvimento regional e estadual, dentre outros:

- A) A consultoria ambiental.
- B) O marketing ambiental.
- C) O Plano Diretor.
- D) A isenção de taxas pelo uso dos recursos ambientais e de biodiversidade.
- E) As normas e os padrões de qualidade ambiental e de emissão de ruído e vibração.

17. O corte, a supressão e o manejo de espécies arbóreas pioneiras nativas em fragmentos florestais em estágio médio de regeneração, poderão ser autorizados pelo órgão estadual competente, observada a devida legislação, quando a sua presença, em relação às demais espécies, for superior a:

- A) 40%.
- B) 50%.

- C) 60%.
- D) 70%.
- E) 80%.

18. Considere as afirmações abaixo e em seguida assinale a alternativa CORRETA.

I. As obras previstas no cronograma do Projeto de Regularização Fundiária bem como a sua manutenção podem ser realizadas antes, durante ou após a conclusão da REURB, à exceção de obras para áreas de riscos geotécnicos, de inundações ou de outros riscos especificados em lei, que devem preceder à regularização jurídica.

II. Para ter direito à legitimação fundiária, o beneficiário deve atender às seguintes condições: não ser o beneficiário concessionário, foreiro ou proprietário de qualquer imóvel urbano ou rural; não ter sido contemplado com outra legitimação fundiária ou legitimação de posse de imóvel urbano com a mesma finalidade; e no caso de imóvel urbano com finalidade não residencial, ser devidamente reconhecido o interesse público.

III. Para fins da Lei 13.465, de 2017, Núcleo urbano informal consolidado é aquele de difícil reversão, considerados o tempo da ocupação, a natureza das edificações, a localização das vias de circulação e a presença de equipamentos públicos, entre outras circunstâncias a serem avaliadas pelo Município.

- A) Somente as afirmações I e II são verdadeiras.
- B) Somente as afirmações I e III são verdadeiras.
- C) Somente as afirmações II e III são verdadeiras.
- D) As afirmações I, II e III são verdadeiras.
- E) As afirmações I, II e III não são verdadeiras.

19. No que diz respeito à Lei de Parcelamento (Lei Federal n. 6.766/79), entre os requisitos urbanísticos para loteamento, está a seguinte premissa:

- A) Os loteamentos deverão atender, ao longo das faixas de domínio público das rodovias, a reserva de faixa não edificável de, no mínimo, ter 15 metros de cada lado, e poderá ser reduzida por lei municipal ou distrital que aprovar o instrumento do planejamento territorial, até o limite mínimo de 5 metros de cada lado.
- B) Os loteamentos deverão atender, ao longo das faixas de domínio público das rodovias, a reserva de faixa não edificável de, no mínimo, ter 15 metros de cada lado, e não poderá ser reduzida.

C) Os loteamentos deverão atender, ao longo das faixas de domínio público das rodovias, a reserva de faixa não edificável de, no mínimo, ter 15 metros de cada lado, e poderá ser reduzida apenas por lei federal que aprovar o instrumento do planejamento territorial, até o limite mínimo de 5 metros de cada lado.

D) Os loteamentos deverão atender, ao longo das faixas de domínio público das rodovias, a reserva de faixa não edificável de, no mínimo, ter 15 metros de cada lado, e poderá ser reduzida por lei municipal ou distrital que aprovar o instrumento do planejamento territorial, até o limite mínimo de 10 metros de cada lado.

E) Os loteamentos deverão atender, ao longo das faixas de domínio público das rodovias, a reserva de faixa não edificável de, no mínimo, ter 15 metros de cada lado, e poderá ser reduzida por lei municipal ou distrital que aprovar o instrumento do planejamento territorial, até o limite mínimo de 8 metros de cada lado.

20. Conforme Resolução Cepram nº 4.327/2013, os empreendimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, sujeitos ao licenciamento ambiental serão enquadrados em classes, com base no porte e potencial poluidor. A classe 2 corresponde ao seguinte empreendimento:

- A) Pequeno porte e médio potencial poluidor
- B) Médio porte e pequeno potencial poluidor.
- C) Médio porte e médio potencial poluidor.
- D) Pequeno porte e grande potencial poluidor.
- E) Grande porte e pequeno potencial poluidor.

21. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC é constituído pelo conjunto das unidades de conservação federais, estaduais e municipais. Assinale a alternativa que se refere à Unidade de Conservação da Natureza que tem como objetivo, a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas:

- A) Reserva de Desenvolvimento Sustentável.
- B) Reserva Biológica.
- C) Refúgio de Vida Silvestre.
- D) Estação Ecológica.
- E) Área de Relevante Interesse Ecológico.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA - MPBA 2024 .2
PROGRAMA DE ESTÁGIO DE ENSINO MÉDIO E GRADUAÇÃO
CURSO DE URBANISMO

22. Conforme a Lei da Política Nacional de Meio Ambiente (Lei Federal n. 6.938/1981), a servidão ambiental poderá ser onerosa ou gratuita, temporária ou perpétua, sendo que o prazo mínimo da servidão ambiental temporária é de:

- A) 10 anos.
- B) 12 anos.
- C) 15 anos.
- D) 20 anos.
- E) 25 anos.

23. Pela Lei do Código Florestal é considerada Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas:

- A) As áreas em altitude superior a 1.500 (mil e quinhentos) metros, qualquer que seja a vegetação.
- B) As bordas dos tabuleiros ou chapadas, até a linha de ruptura do relevo, em faixa nunca inferior a 200 (duzentos) metros em projeções horizontais.
- C) As áreas no entorno dos lagos e lagoas naturais, em faixa com largura mínima de 50 (cinquenta) metros, em zonas urbanas.
- D) No topo de morros, montes, montanhas e serras, com altura mínima de 100 (cem) metros e inclinação média maior que 30°.
- E) As encostas ou partes destas com declividade superior a 45°, equivalente a 100% (cem por cento) na linha de maior declive.

24. De acordo com a Resolução Recomendada nº 164/2014 do ConCidades, a definição dos instrumentos de regularização fundiária, de produção de habitação de interesse social e de participação das comunidades na gestão das áreas, são responsabilidades:

- A) Do Estatuto da Cidade.
- B) Do Zoneamento Ambiental.
- C) Do Conselho das Cidades.
- D) Das Zonas Especiais.
- E) Do Sistema de Acompanhamento e Controle Social.

25. Considerando os dados abaixo, pode-se afirmar que a Taxa de Ocupação da construção é de:

- Área do terreno: 250 m²
 - Construção principal: 100m², sendo 50m² no térreo e 50m² no pavimento superior.
 - Edícula: 20 m²
- A) 28%
 - B) 24%
 - C) 20%
 - D) 12%
 - E) 8%

26. Os Sistemas de Informação Geográfica (SIG) correspondem às ferramentas computacionais de Geoprocessamento, que permitem a realização de análises complexas, ao integrar dados de diversas fontes e ao criar bancos de dados georreferenciados. O modelo geométrico matricial utilizado para a representação dos dados em um SIG, apresenta a seguinte característica:

- A) Relacionamentos topológicos entre objetos disponíveis.
- B) Facilita associar atributos a elementos gráficos.
- C) Associa atributos apenas a classes do mapa.
- D) Representação indireta de fenômenos contínuos.
- E) Problemas com erros geométricos.

27. Os dados geográficos podem ser classificados, segundo o conjunto de técnicas e métodos empregados no seu levantamento. Nos levantamentos geodésicos, a altitude é realizada pelo seguinte método:

- A) Triangulação.
- B) Poligonação.
- C) Trilateração.
- D) Rastreamento.
- E) Nivelamento geodésico.

28. Operações de consultas visam à recuperação da informação a partir da formulação de condições. Em um banco de dados geográficos, como no caso dos SIG, as condições podem ser estabelecidas com base nos atributos ou na localização dos elementos geográficos (consulta espacial). As consultas espaciais são formuladas a partir de condições baseadas na localização, na forma e nas relações topológicas dos elementos geográficos. Assinale a alternativa que se refere à relação pela qual é possível selecionar linhas ou polígonos que apresentam vértices comuns:

- A) Adjacência.
- B) Proximidade.
- C) Pertinência.
- D) Interceptação.
- E) Geometria.

29. Geralmente, os SIG utilizam SQL (*Structured Query Language*), linguagem de programação utilizada para acessar e gerenciar banco de dados. As consultas à tabela de atributos são baseadas em expressões, compostas por campos da tabela, operadores e os valores de atributos. Caso a consulta seja composta por mais de uma expressão, e seja necessário que os elementos, para serem selecionados, devam atender a apenas a condição de uma expressão, utiliza-se o seguinte operador lógico:

- A) AND.
- B) CASE.
- C) NOT.
- D) OR.
- E) LIKE.

30. O Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) é fundamental para mapear e avaliar todos os efeitos sobre a infraestrutura urbana e a qualidade de vida da população que mora, trabalha ou transita no entorno. Conforme previsto no artigo 37 do Estatuto da Cidade, o EIV deve contemplar, no mínimo, análises sobre:

- A) Expectativa de vida.
- B) Ventilação e iluminação.
- C) Topografia urbana.
- D) Distribuição socioeconômica.

E) Clima local.